



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
DO DIA 20 DE JUNHO DE 2014**

HORA: 09H30

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

EXECUTIVO

PRESIDENTE: Eng.º Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

VEREADOR: Eng.º João Manuel Gouveia da Costa

VEREADOR: Dr. Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR: Eng.º José Rodrigues Paredes

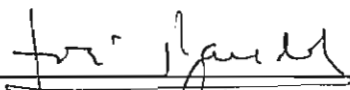
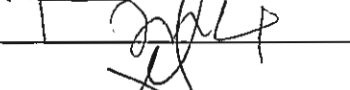
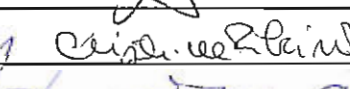
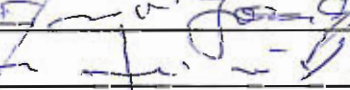
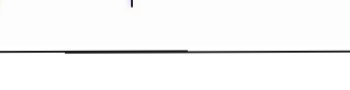


VEREADOR: Dr. António Joaquim Fernandes

VEREADOR: Dr.ª Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

VEREADOR: Prof. Manuel Adérito Figueira

SECRETARIADO POR: Luís Filipe Maneta Carvalho

Contém _____ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

PRESIDENTE: 
VEREADOR: 
VEREADOR: 
VEREADOR: 
VEREADOR: 
VEREADOR: 
VEREADOR: 



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 12/2014

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO

O PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO: ENG.º JOSÉ RODRIGUES PAREDES

VEREADORES PRESENTES: ENG.º JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA
DR. LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES
DR. ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
DR.ª CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS
PROF. MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSENCIAS JUSTIFICADAS: ENG.º CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

SECRETARIOU: LUÍS FILIPE MANETA CARVALHO
(CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA)

HORA DE ABERTURA: 09H30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 13H00 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICIPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1.1** Aprovação da Ata da reunião ordinária do dia 2014/06/03.

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 2.1** Resumo do diário de tesouraria do dia 2014/06/19.
- 2.2** Presente informação n.º 252 da Secção de Contratação Pública e Armazéns, referente a aquisição de materiais de construção para habitação degradada, pertencente a José Joaquim Pereira Cardoso, residente no Bairro do Torgal – Cheires.
- 2.3** Presente informação n.º 46 DAF propondo a autorização dos ajustamentos contratuais e respetivas adendas referente aos Contratos de Empréstimo – Reequilíbrio Financeiro – CGD e CA.
- 2.4** Presente informação n.º 48 DAF propondo a adjudicação dos serviços de certificação legal de contas – revisor oficial de contas, a Vítor Luís Santos – SROC, Unip. Lda, de forma condicionada, até à realização do relatório final.
- 2.5** Presente informação n.º 45 DAF propondo o ajustamento do Plano de Ajustamento Financeiro, por atualização do Quadro VII e XII.
- 2.6** Presente informação n.º 47 DAF referente ao relatório do Plano de Ajustamento Financeiro/Saneamento Financeiro.

3. DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

- 3.1** Presente informação DOU/OPM/2014/146 referente à necessidade de colocação de sinais de trânsito na zona envolvente do conjunto habitacional de Alijó.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Na sequência da informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara em exercício, o Sr. Vereador Manuel Adérito Figueira disse que dá razão ao que foi dito, na reunião anterior, pela Sr.^a Vereadora Cristina Felgueiras, no que concerne ao fecho do auditório por questões de segurança, o problema é o tempo que está a demorar a resolver, até porque o problema não será a nível da estrutura, pelo que considera que deveria ser mais celere a sua resolução.

O Sr. Vereador Miguel Rodrigues disse que:

“Relativamente à questão do Auditório Municipal, insisto em criticar que estejamos tanto tempo só à espera de um diagnóstico. Já passam mais de dois meses desde que fecharam as portas. É urgente avançar com soluções nesta questão.

Ainda nesta matéria do Auditório, questiono sobre a situação da licença de realização de espetáculos, que o Presidente da Câmara já aqui informou ter caducado em Março.

Questiono ainda sobre o Espaço Internet de Alijó que funcionava no Auditório e foi transferido para a Biblioteca Municipal. Pretendo saber se aquando da reabertura do Auditório, o Espaço Internet aí regressará.

Em relação à inauguração da adega e centro logístico da Gran Cruz, sublinho esse facto, pois trata-se de um investimento privado relevante. No entanto, lamento que esse evento, que contou com a presença do Presidente da República, não me tenha sido previamente comunicado, bem como aos demais vereadores. O Presidente da República deslocar-se ao território deste concelho sem que haja conhecimento prévio dos membros eleitos da Câmara Municipal é inaceitável.

Também não nos foi dado conhecimento do convite remetido para esta Câmara para o recente festival de Ranchos Folclóricos em St.^a Eugénia, o que é igualmente de lamentar. Esses convites que incluam os vereadores, bem como a realização dos eventos, devem ser-nos comunicados, sendo inaceitáveis estas falhas.

Solicito informação sobre os pedidos de transporte apresentados a esta Câmara por coletividades e outras entidades, neste mandato, e respetivas respostas.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Apresento ainda um pedido de informações sobre a relação atual de incumprimentos no respeitante às rendas nos Conjuntos Habitacionais pertencentes ao Município.”

O Sr. Vereador João Manuel Gouveia Costa disse que, relativamente aos convites feitos à Câmara, deve ser dado conhecimento do seu conteúdo a todo o executivo. Quanto à inauguração da adega da Gran Cruz, e à presença do Exmo. Sr. Presidente da República, se os convites não eram extensivos a todo o executivo, considera que foi errado e manifesta o seu desagrado com a entidade que organizou o evento.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes usou da palavra e disse que ficou agradavelmente surpreendido com o convite que nos foi mostrado, porque pôde constar que foi o Sr. Presidente da República e a sua comitiva que não convidaram os senhores vereadores da camara municipal de Alijó, atitude que repudiamos com toda a veemência. Contudo, realça que a Câmara somos todos nós, pelo que todos os convites nos deverão ser remetidos. É lamentável que o mais alto magistrado da república, nos visite - mesmo que a visita seja efectuada a uma empresa particular – não tenha tido uma atitude solidária e de respeito pelos eleitos locais. Alias, vindo de quem vem, já não se esperava muito mais...

Em relação ao evento de Santa Eugénia solicita que mostrem o convite para que tudo fique esclarecido.

Acrescenta que o rancho de Santa Eugénia solicitou o autocarro à Câmara, e os serviços informaram que o pedisse ao Município de Sabrosa e que posteriormente contactassem a Câmara de Alijó, É óbvio que não se pode achar esta situação correta. Entende que deve haver um respeito institucional com todas as Associações. Por fim, quis deixar uma nota, é que Grant Cruz, não se tem portado bem com os agricultores, no sentido de nem sempre cumprir com o que lhes promete.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Gostaria de deixar aqui uma palavra de solidariedade aos agricultores, pela forma árdua como continuam a trabalhar a terra e dela extrair o tão precioso néctar que é o vinho.

Por último, gostaria de solicitar, e caso seja necessário fará o devido requerimento, que seja disponibilizada uma sala para que os Srs. Vereadores da oposição possam desenvolver o seu trabalho, atender munícipes e ajuda-los a resolver alguns dos seus problemas municipais e outros. Murça já é um bom exemplo disso, que acabe de conceder um gabinete para esse efeito, aliás, em França também é usual essa forma de organização de trabalho. Também a Sr.^a Dra Cristina Felgueiras, enquanto Vereadora da oposição, na sua visão abrangente e defensora das necessárias condições para a prestação de um bom serviço público, já tinha solicitado uma sala para esse desempenho.

Mostrou ainda uma fotografia no seu telemóvel ao Sr. Presidente da Câmara em exercício, questionando-o sobre o que teria para dizer em relação à estrada em causa (Chã-Vila Chã, junto ao viaduto sobre a variante).

O Sr. Presidente da Câmara em exercício disse que tem conhecimento da situação referida pelo Sr. Vereador António Joaquim Fernandes, nomeadamente o estado dessa estrada, e informa que já solicitou aos serviços técnicos um relatório sobre a mesma.

No que concerne á Gran Cruz, e ao conhecimento que tem, não será a firma que melhor tem pago, no entanto é um “gigante” que absorveu as uvas dos nossos agricultores. Conhecendo que eles vão alargar a produção de vinho, embora não praticando preços elevados, é um produtor que poderá ajudar a desenvolver o concelho.

Informa ainda que em relação à Casa do Douro, apresentamos como sugestão as seguintes propostas:

1.^a proposta – a venda da uva seja contratualizada e findo o contrato, haja uma dívida, no caso de haver falta de pagamento;



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2.^a proposta – que o generoso seja pago numa base grau/Kg;

3.^a proposta – que a emissão dos cartões do benefício seja emitido com mais antecedência.

Relativamente à sala para os Srs. Vereadores da oposição, foi aceite a proposta, proceder-se-á ao solicitado.

O Sr. Vereador Manuel Adérito Figueira questionou qual o ponto da situação do processo pertencente ao Sr. Salvador.

O Sr. Presidente da Câmara em exercício informa o Sr. Vereador Manuel Adérito Figueira que tem conhecimento que entrou nos serviços o pedido de viabilidade, mais do que isso e formalmente, não entrou mais nada.

A Sr.^a Vereadora Cristina Felgueiras disse que o espaço internet não foi alterado por questões de segurança, mas sim porque a biblioteca é um espaço de cultura e os computadores servem para pesquisa, informando aliás que os munícipes já tinham anteriormente acesso a este serviço na biblioteca e só depois passou para o auditório. Informa que, relativamente à questão do rancho de Santa Eugénia, foram-lhe concedidas duas saídas recentemente, não sendo nenhuma delas para Sabrosa, pelo que a questão do transporte levantada pelo Sr. Vereador António Joaquim Fernandes, não é exatamente como relata.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes propõe que as reuniões deverão ser gravadas, ou então que lhe seja facultado um computador de suporte nas reuniões para poder responder de imediato, por escrito, na própria reunião. Esta proposta é igualmente subscrita pelo Sr. Vereador Miguel Rodrigues.

Ainda antes da ordem do dia, o Sr. Vereador António Joaquim Fernandes questionou sobre a obra de Vila Chã, nomeadamente um pedido que a Sr.^a Presidente da Junta de



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Doslumbrante Património Natural

Freguesia de Vila Chã terá feito ao município, para arranjo e colocação de uns bancos de jardim (bancos à volta de árvores) e que terá obtido a resposta de que nada poderia ser feito nessa obra, porque haveria um processo em tribunal. Ao que que o Sr. Vereador António Joaquim Fernandes insistiu em alertar para o mau estado em que se encontram os referidos bancos, com pedras soltas, e o risco para os acidentes que podem provocar, uma vez que o espaço é frequentado por muita gente, particularmente, crianças e pessoas de idade, e acontecer o pior, pergunta? Quem é que vai assumir as responsabilidades. Por isso, defende que é bem melhor, prever antes de acontecer.

O Sr. Presidente da Câmara em exercício disse que, efetivamente, existe um processo a decorrer em tribunal, cujo objeto é a obra de Vila Chã e que por isso nada deveria ser executado. Por conta e risco da freguesia, farão o que entenderem.

Pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira foi dito que:

“Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o art.º 44.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação.”

»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»»» **DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA** ««««««««««««««««««««««««

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária do dia 2014/06/03.

Deliberação: Deliberado aprovar por Unanimidade.



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Daslumbrante Património Natural

2.DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2014/06/19 apresentando um total de disponibilidades 3.268.527,97€ sendo 2.606.932,08€ de dotações orçamentais e 661.595,89€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.

2.2 Presente informação n.º 252 da Secção de Contratação Pública e Armazéns, referente a aquisição de materiais de construção para habitação degradada, pertencente a José Joaquim Pereira Cardoso, residente no Bairro do Torgal – Cheires, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, concordar com a presente informação e aprovar a despesa.

2.3 Presente informação n.º 46 DAF propondo a autorização dos ajustamentos contratuais e respetivas adendas referente aos Contratos de Empréstimo – Reequilíbrio Financeiro – CGD e CA, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, autorizar os ajustamentos contratuais propostos, bem como a realização das respetivas adendas aos contratos. Mais foi deliberado submeter as presentes propostas à aprovação da Assembleia Municipal.

Foi ainda deliberado solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos números 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

O Sr. Vereador eleito pelo Movimento MAIS, Dr. Miguel Rodrigues, apresentou a seguinte declaração de voto:



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

“Congratulo-me com a negociação ocorrida e a atitude que as instituições bancárias demonstraram, que permite o regresso ao espírito inicial do Plano de Reequilíbrio Financeiro.

Com efeito, aquando da candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e ao Plano de Reequilíbrio Financeiro (PRF), no final de 2012, o objetivo era que a maturidade dos empréstimos no âmbito do PRF acompanhasse o prazo do empréstimo do PAEL, isto é, 20 anos.

Foi então por imposição dos Bancos em questão – Caixa Geral de Depósitos e Crédito Agrícola – que o prazo dos empréstimos no PRF foi encurtado para 15 anos, sem o que o PRF não teria financiamento.

A situação financeira atual da Banca é felizmente muito diferente da que existia no final de 2012 / meados de 2013, o que permite esta redução dos custos de financiamento e aumento das maturidades, sendo esta uma boa medida para este Município que considero mesmo obrigatória no contexto atual.”

2.4 Presente informação n.º 48 DAF propondo a adjudicação dos serviços de certificação legal de contas – revisor oficial de contas, a Vítor Luís Santos – SROC, Unip. Lda, de forma condicionada, até à realização do relatório final, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, adjudicar os serviços de certificação legal de contas – revisor oficial de contas, a Vítor Luís Santos – SROC, Unip. Lda, de forma condicionada, até à realização do relatório final e remeter à Assembleia Municipal para nomeação, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.

2.5 Presente informação n.º 45 DAF propondo o ajustamento do Plano de Ajustamento Financeiro, por atualização do Quadro VII e XII, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador eleito pelo Movimento Mais, Dr. Miguel Rodrigues, aprovar as listagens atualizadas de passivos a consolidar com os empréstimos de reequilíbrio financeiro. Foi ainda deliberado aprovar a atualização do Quadro VII do Programa de Apoio à Economia Local ajustando o Plano de Ajustamento Financeiro. Foi deliberado aprovar as listagens atualizadas de investimentos inscritas no Quadro XII do Plano de Ajustamento Financeiro.

Mais foi deliberado submeter a presente minuta à Assembleia Municipal para aprovação e solicitar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

Foi ainda deliberado remeter a presente minuta ao Tribunal de Contas.

O Sr. Vereador eleito pelo Movimento MAIS, Dr. Miguel Rodrigues, apresentou a seguinte declaração de voto:

“Está em causa neste ponto a alteração do Plano de Ajustamento Financeiro a que o Município de Alijó se comprometeu no âmbito da candidatura ao PAEL.

A informação e fundamentação disponibilizada é escassa e não permite, a meu ver, um cabal esclarecimento sobre a pertinência legal desta alteração.

Razão pela qual não posso votar favoravelmente este ponto.”

2.6 Presente informação n.º 47 DAF referente ao relatório do Plano de Ajustamento Financeiro/Saneamento Financeiro, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador eleito pelo Movimento Mais, Dr. Miguel Rodrigues, aprovar o presente relatório e remeter à Assembleia Municipal nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28/08 e da alínea c) do n.º 4 do art.º 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

3. DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 Presente informação DOU/OPM/2014/146 referente à necessidade de colocação de sinais de trânsito na zona envolvente do conjunto habitacional de Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado por unanimidade, concordar e submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

3.2 Presente pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 1/03, sito no Vale das Forçadas, lote 6 – Vale de Mendiz, em que é requerente Maria de Fátima Santos de Jesus, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado por unanimidade, concordar com a alteração ao alvará de loteamento n.º 1/03, sito no Vale das Forçadas, lote 6 – Vale de Mendiz, em que é requerente Maria de Fátima Santos de Jesus.

3.3 Presente informação DOU/OPM/2014/164 referente ao relatório final da “Empreitada referente à Execução das Medidas de Utilização Racional de Energia e eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Desportivos Municipais – Piscina Municipal Coberta e Pavilhão Gimnodesportivo – do Município de Alijó, de acordo com os projetos técnicos de execução, no âmbito das candidaturas ref. Norte-07-0765-FEDER-000437 (Piscina Municipal Coberta) e ref. Norte-07-0765-FEDER-000404 (Pavilhão Gimnodesportivo), aprovadas pelo Programa Operacional Regional do Norte e Cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e respetiva minuta do contrato, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

Deliberação: Deliberado por unanimidade, aprovar o relatório final e a minuta do contrato de acordo com a presente informação e autorizar a adjudicação o Norinstelnor – Instalações Especiais, Ldo.

4. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

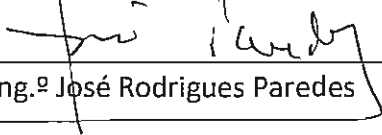
4.1 Presente informação DDSCED/EDU/2014/61 referente a procedimento para aquisição de pneus para viaturas municipais, para tomar conhecimento, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e submeter à Assembleia Municipal a fim de tomar conhecimento, no âmbito do autorização genérica para dispensa de parecer prévio.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 26/06/2014, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57º da Lei nº 75/2012, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara em exercício, e por mim Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

O Presidente da Câmara em exercício



Eng.º José Rodrigues Paredes

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



Dr. Luís Filipe Maneta Carvalho